

A CONCORDÂNCIA DE GÊNERO E A MUDANÇA LINGUÍSTICA NA BAIXADA CUIABANA

Cíntia da Silva Pacheco

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

RESUMO: Neste artigo, descreveremos o percurso do gênero desde o latim até o português atual a partir da revisão de diversos trabalhos referentes a este tema. Além do ponto de vista da Linguística, também se torna interessante saber como a gramática tradicional aborda o gênero gramatical e quais são suas implicações para o estudo científico. Numa abordagem translinguística, consideramos importante explicar o funcionamento do gênero em outras línguas, para que possamos entender melhor a complexidade desse fenômeno, comparando com o português brasileiro e outras línguas a fim de encontrar semelhanças com a marcação de gênero em Cuiabá. Já que não temos trabalhos variacionistas de outras línguas, essas informações provêm de gramáticas e dicionários.

Palavras-chave: Concordância de gênero. Variedade cuiabana. Abordagem translinguística.

ABSTRACT: In this article we describe the gender trajectory since the Latin until the current Portuguese from the review of different works related to this theme. Besides the Linguistics point of view, it is interesting to also know how the traditional grammar approaches the grammatical gender and which are its implications to the scientific study. In a translinguistic approach, we consider it is important to explain how genre works in other languages, in order to better understand the complexity of this phenomenon, comparing Brazilian Portuguese and other languages in order to find similarities to the gender trait in Cuiaba. Since we do not have variationist works about other languages, these pieces of information come from grammars and dictionaries.

Key words: Gender agreement. Cuiabana variety. Translinguistic approach.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, descreve-se o percurso do gênero no latim, no português arcaico, na gramática tradicional, em outras línguas e no português brasileiro, a fim de encontrar semelhanças com a marcação de gênero em Cuiabá. Trata-se de um artigo bibliográfico por meio de gramáticas, dicionários e trabalhos da linguística. Por fim, será analisada a variação da concordância de gênero e o encaixamento linguístico com a variação da concordância de número no português brasileiro.

GÊNERO NO LATIM

Devido à rica morfologia no latim, a função sintática era marcada pelo tipo de declinação. No português, sabemos que a função sintática é marcada pela posição em que se insere determinado vocábulo ou expressão.

A morfologia nominal no latim era dividida em três gêneros gramaticais: feminino (*rana* – a rã), masculino (*dominus* – o senhor) e neutro (*templum* – o templo). Segundo Lucchesi (2000, p. 164), a explicação para o gênero neutro é que ele seria composto por palavras que se referiam a coisas e seres inanimados, enquanto os gêneros feminino e masculino seriam atribuídos aos seres animados. Para o autor (2000, p. 164):

o neutro ocupava a posição mais frágil, pois só se diferenciava morficamente do masculino nas formas do nominativo e do acusativo, havendo identidade nas formas dos demais casos. Portanto, pode-se pensar que, desde muito cedo, o uso do gênero neutro era profundamente variável no latim corrente.

Com o desaparecimento do neutro, os substantivos neutros, em sua grande maioria, transformaram-se nos substantivos masculinos da 2ª declinação (*templ(i)os*) com a terminação -os dos acusativos plurais. O mais interessante é que com o vestígio da terminação -a dos neutros houve uma reinterpretação desses neutros como feminino, como em *planeta*, *cometa* e *fantasma*. Desde muito tempo, a intuição dos falantes de português já relacionava a marca -a como tipicamente do feminino. No entanto, o neutro ainda é marca de plural no italiano (por exemplo, o plural de *osso* é *ossa*). Em português, os resquícios do neutro ainda estão na flexão pronominal como em *isto/isso*, *aquilo* e *tudo* (cf. ILARI, 2006, p. 92).

GÊNERO NO PORTUGUÊS ARCAICO

Segundo Mattos e Silva (2006), para entender a importância de se estudar historicamente a língua, deve-se conhecer as etapas passadas para explicitar variações existentes no presente e aparentes incoerências estruturais. Aqui, apenas pretendemos olhar o gênero ao longo do português arcaico. Logo abaixo faremos um resumo do capítulo de Morfologia e Sintaxe, de Mattos e Silva (2006, p. 98).

A partir do *corpus* Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico, Silva (2006) estuda um texto na sua versão do século XV – a mais antiga versão em português dos Diálogos de S. Gregório.

Segundo a mesma autora, retomando as origens latinas, identificamos a vogal temática a partir das 5 declinações: *a, o/u, i/e, u, e*. Como houve um processo de simplificação da morfologia nominal de gênero, os nomes da quinta declinação se integraram à terceira e os da quarta, aos da segunda, reestruturando os nomes e adjetivos. As vogais temáticas passam a ser: *a, o, e*. Há também a classificação dos atemáticos, cujo lexema ou radical termina por /l, r, s, n/ em nomes oxítonos, respectivamente, *animal, senhor, luz, baron e pé*. A vogal temática só aparecerá nas formas plurais (*animales, senhores, luzes, barões*)

O emprego do morfema -a generaliza-se a partir do século XVI, visto que o desaparecimento do neutro fortalece a distinção entre masculino e feminino. Logo, não se registra variação morfossintática no português arcaico.

Os nomes como *menina e net* também são classificados como atemáticos, visto que, ao acrescentar o -a, apaga-se a VT <o, e> do masculino, ou seja, o feminino é uma especificação do masculino, uma forma mais marcada em detrimento da forma generalizada e menos marcada do masculino.

Fernão de Oliveira (*apud* Silva, 2006, p. 102) já afirmava, em 1536, a importância do artigo para a determinação do gênero, já que o artigo é inovação românica.

Porque era longo compreender tantas variedades de terminações, ajudou-nos a natureza e uso da nossa língua com os artigos, os quais sempre as mais das vezes acompanham os nomes cuja companhia declara os gêneros desses nomes.

A divisão dos nomes no português arcaico quanto ao gênero era: nomes de gênero único; nomes de dois gêneros com flexão redundante; e nomes de dois gêneros sem flexão redundante.

Como os neutros no latim se distribuíram entre masculino e feminino, houve uma oscilação entre nomes de gênero único, antes da normatização da língua, como *o linguagem, o linhagem; a mármore, a valor, a cometa, a fim; e dor e queixume* (ora masculino, ora feminino).

Os nomes de dois gêneros com flexão redundante, que terminam por /r, l, s/, não se flexionavam, *como senhor, espanhol, burguês*, tanto masculino como feminino.

Os nomes de dois gêneros sem flexão redundante eram indicados através da concordância. Há nomes de vogal temática <e> que ocorriam antigamente com flexão redundante (*servente:serventa*).

Enfim, fazendo o paralelo com o número, o acréscimo de <s> plural é a forma marcada tal como o tema -a do feminino, quando há flexão de gênero. Em contrapartida, o singular é a forma não marcada tal como o masculino (ausência das marcas do feminino, como na palavra *peru*).

GÊNERO NA GRAMÁTICA TRADICIONAL

Com o intuito de ver o que se diz a respeito da concordância de gênero, pesquisei em algumas gramáticas o conceito de gênero. Segundo Rocha Lima (1974, p. 65):

Gênero é uma classificação puramente gramatical dos substantivos em dois grupos, masculinos e femininos, segundo a terminação do adjetivo acompanhante. Masculino é o substantivo que se puder juntar à forma masculina de um adjetivo, ou ao artigo *o*, em contraposição ao feminino, que representa o que se puder juntar à forma feminina de um adjetivo, ou ao artigo *a*.

Cunha & Cintra (2001, p. 188-189) designam o gênero de diversas maneiras a partir de cada substantivo com terminação morfológica diferente. Dessa forma, se torna confuso para o falante nativo estudar o gênero e, principalmente, se torna incompreensível para um estrangeiro. A seguir, citarei apenas suas primeiras acepções:

1. Há dois gêneros em português: o masculino e o feminino. O masculino é o termo não marcado; o feminino o termo marcado. 2. Pertencem ao gênero masculino todos os substantivos a que se pode antepor o artigo “o”. Pertencem ao gênero feminino todos os substantivos a que se pode antepor o artigo “a”. 3. O gênero de um substantivo não se conhece, de regra, nem pela sua significação, nem pela sua terminação.

Rocha Lima (1974) e Cunha & Cintra (2001) analisam a concordância de gênero do mesmo ponto de vista gramatical, diferenciando os gêneros a partir das desinências, adjetivos e dos artigos que se antepõem ao nome. De fato, classificar o gênero a partir dos determinantes é bem mais pertinente do que somente pela natureza morfológica, já que nem todos os nomes variam em gênero. Isso nos faz refletir sobre as seguintes perguntas: Quem é o núcleo afinal? O gênero é inerente ao nome ou ao artigo? Ainda não temos respostas definitivas acerca desses

questionamentos, mas a maioria dos estudiosos defende o gênero como parte integrante do nome. Sobre a idiosincrasia do gênero, Bechara (2001, p. 133) afirma que:

a distinção do gênero nos substantivos não tem fundamentos racionais, exceto a tradição fixada pelo uso e pela norma; nada justifica serem, em português, masculino lápis, papel, tinteiro e femininos caneta, folha e tinta.

A inconsistência do gênero fica patente quando se compara a distribuição de gênero em duas ou mais línguas, e até no âmbito de uma mesma língua histórica na sua diversidade temporal, regional, social e estilística. Assim é que para nós *o sol* é masculino e para os alemães é feminino *die Sonne*, *a lua* é feminino e para eles masculino *der Mond*; enquanto o português *mulher* é feminino, em alemão é neutro *das Weib*. *Sal* e *leite* são masculinos em português e femininos em espanhol: *la sal* e *la leche*. *Sangue* é masculino em português e francês e feminino em espanhol: *le sang* (fr.) e *la sangre* (esp.).

Para Bechara (2001), a marcação de gênero é arbitrária, porque não há uma motivação lógica para as palavras que contêm apenas um gênero não admitirem seu antônimo. Em uma abordagem translinguística, nem sempre haverá compatibilização dos gêneros.

Almeida (1999, p. 98) faz distinção entre sexo, fêmea ou macho, e gênero, feminino ou masculino, quando se refere ao animal (sexo) e à palavra (gênero). No entanto, logo adiante volta a dizer que o gênero “é a indicação do sexo real ou suposto dos seres” e ainda afirma que, “por haver dois sexos, dois devem ser os gêneros gramaticais”, fazendo novamente a relação entre sexo e gênero.

Voltando às origens latinas, o mesmo autor diz que os nomes de seres inanimados em latim tinham gênero neutro e que essa concepção hoje varia de língua para língua. No caso do português brasileiro, houve o desaparecimento do neutro, mas conservando ainda resquícios nas palavras: *aquilo*, *isto*, *isso*, *tudo*, *algo* e *nada*.

O mais importante nessa seção é fazer a distinção entre gênero semântico e gênero gramatical. A flexão de gênero costuma ser tratada de forma incoerente nas gramáticas tradicionais, uma vez que, em virtude da incompreensão semântica de sua natureza, costuma ser associada intimamente ao sexo dos seres.

Existem também algumas palavras que têm traço semântico [+humano +animado], mas que não se flexionam em gênero, ou seja, o gênero é intrínseco ao próprio nome e não tem correspondência com o gênero biológico como, por exemplo, *pessoa*, *criança*, *galera*.

GÊNERO NA LINGUÍSTICA

Diante da dificuldade de encontrar trabalhos linguísticos que tratem da questão do gênero e da confusão que se faz em torno do tema, retomo o célebre Câmara Júnior em suas primeiras reflexões sobre o gênero, ainda que estejam um pouco ultrapassadas para a linguística atual.

Segundo Câmara Jr. (1970), os nomes em português se dividem em substantivos e adjetivos e não possuem posição fixa na oração, já que ambos podem funcionar como determinado ou determinante. No entanto, existem nomes que só podem ser adjetivos (*belo*) e outros que só podem ser substantivos (*homem*).¹ Os adjetivos se distribuem em dois temas – *o* (*bonito*) e *-e* (*grande*), sendo que este último não apresenta flexão de feminino, juntamente com o sufixo derivacional *-ês* (*homem cortês/mulher cortês*), que só terá flexão de gênero quando servir como substantivo e adjetivo ao mesmo tempo, no caso de *português* (será substantivo quando significar nacionalidade de Portugal e será adjetivo quando determinar alguma característica como em *livro de português*). Já os nomes possuem sempre o feminino *-a*.

O gênero abrange tanto seres inanimados como animados. Ao contrário da oposição entre *-o* e *-a*, Câmara Jr. (1970, p. 88) propõe uma nova distinção entre masculino e feminino que seria, respectivamente, morfema \emptyset para masculino (forma não marcada) e *-a* para feminino (forma marcada), que é uma especificação do masculino genérico. Esta análise se deve à discrepância que temos na língua portuguesa entre gênero e sexo (*testemunha* será sempre feminino e *cônjuge* sempre masculino e os substantivos epicenos, como *cobra*, sempre feminino em contrapartida ao *tigre*, sempre masculino). Nos nomes, há três classes temáticas: *-a* (*rosa*), *-o* (*lobo*) e *-e* (*ponte*), que também não devem ser confundidas com sexo ou gênero.

Martin (1975, p. 08) já falava também em gênero a partir do ponto de vista das formas marcadas e não-marcadas:

No lugar de “gênero”, então, fica o conceito de adjetivos marcados ou não marcados. Os marcados correspondem aos “femininos” da gramática escolar, e aparecem somente quando o adjetivo está relacionado a um substantivo marcante. Os não marcados aparecem EM TODAS AS OUTRAS CIRCUNSTÂNCIAS, haja ou não um substantivo a eles relacionado. É este último fato que determina que o assunto não seja uma mera questão terminológica, pois as conclusões dele decorrentes transformam dum modo essencial nossa maneira de encarar a categorização dos substantivos e o fenômeno da concordância adjetiva.

¹ O exemplo de Câmara (1970) pode ser refutado com o exemplo *nasceu um menino homem*, em que *homem* pode exercer a função adjetiva.

Kehdi (2003, p. 30) se opõe à Câmara Jr. (1970) defendendo que a desinência *-o* está intimamente ligada à noção de masculino pelo senso comum. Logo, a flexão de gênero não se reduz a uma oposição \emptyset /*-a*, e sim a uma oposição *-o*/*-a*. A desinência *-o* apresenta as variantes \emptyset (peru/perua), e *u* semivocálico (europeu/europeia). Outro fato que corrobora sua afirmação é que, segundo o mesmo autor, quando se acrescenta *-o* no final de uma palavra feminina, estamos formando a masculina, como *mulher/mulheraço*.

Para Dettoni (2003, p. 23), o gênero é inerente ao nome, e isso não significa que o nome necessariamente deva ter uma marca flexional, já que a grande maioria dos nomes é invariável quanto ao gênero.

Um aspecto fundamental a ser considerado é que a ideia de que gênero é uma característica inerente aos nomes não significa, necessariamente, que estes últimos tragam em si uma marca morfológica do seu gênero. Na verdade, isso raramente ocorre, de tal modo que as evidências para a existência de gêneros em uma língua são geralmente atestadas por meio das relações de concordância que se estabelecem entre os nomes e artigos e adjetivos que com eles co-ocorrem. Isto quer dizer que as evidências para a existência de gênero em uma língua devem ser buscadas fora do nome.

Segundo Lucchesi (2000, p. 210), a concordância de gênero situa-se na interface entre a morfologia e a sintaxe. Como fenômeno sintático, se constroi junto aos determinantes e modificadores em relação ao nome núcleo e nas relações de predicação em relação ao predicativo. Como fenômeno morfológico, se constroi a partir das desinências flexionais de gênero.

Lobato (1994, p. 207) compartilha da mesma ideia de que o núcleo para o gênero é realmente o nome e inclui a noção do gênero como um fator semântico.

parece que a manifestação dos traços de gênero é um fato semântico (o que é reforçado pelo fato de o gênero ser um traço intrínseco aos nomes), enquanto a dos traços de número é um fator sintático (o que é reforçado pelo fato de o número não ser um traço intrínseco aos nomes e corresponder a uma escolha do falante).

O gênero pode até não ser escolha do falante, mas a concordância de gênero é escolha, como veremos nos resultados variáveis de gênero mais adiante.

Matos e Silva (2006, p. 103) também reafirma o gênero como imanente ao nome:

Assim sendo, o gênero pode ser compreendido como um traço semântico inerente aos nomes substantivos, nunca será da escolha do falante. E assim hoje, era no período arcaico e isso herdamos do latim, em que a concordância com os adjetivos da primeira classe, com determinantes e quantificadores, que tinham flexões diferentes para o masculino, feminino e neutro, indicava o gênero do nome. Note-se que não dispunha o latim do artigo, inovação românica, que virá a ser o indicador básico do gênero do nome que ele determina.

Como a concordância de gênero é um fenômeno morfossintático, ficamos tentados a refletir sobre onde estaria afinal o núcleo do gênero, se no substantivo ou nos determinantes. Rocha (1998, p. 211) afirma que o gênero é explicitado (quando já o é também morfologicamente) e muitas vezes indicado exclusivamente (quando não o é morfologicamente) através do expediente sintático (determinantes flexionados), já que a maioria dos nomes em português não tem marca morfológica de gênero. Mesmo estes são marcados duas vezes, morfológica e sintaticamente, pelo mecanismo da concordância. Segundo esse raciocínio, não se pode dizer que o substantivo recebe flexão de gênero. Os nomes não-sexuados (95,5% dos substantivos), segundo Rocha (1981, p. 96), e até parte dos nomes sexuados (*criança*) sem gênero imanente comprovam que a grande maioria dos nomes recebe apenas o gênero sintático e semântico ou cultural. Como os morfemas de gênero se concentram em poucas palavras, Rocha (1998) diz que o gênero não pode ser só flexão, tendo em vista sua irregularidade na produção de novos itens lexicais. Logo, a flexão está ligada tanto à morfologia dos nomes quanto à sintaxe, nos determinantes.

No entanto, Rocha (1998) acredita não ser tão claro separar as fronteiras entre derivação e flexão. Nesse ponto, o gênero e o número se diferem, porque a flexão de gênero é muito mais irregular que a de número, tendo em vista os vários sufixos *-a, -esa, -essa, -ina, -isa*. Para o linguista Sandmann (*apud* Rocha, 1998, p. 216), o próprio *-a* do feminino seria um sufixo derivacional junto com os demais porque é flexão (desinência de gênero) e derivação (sufixo derivacional) ao mesmo tempo:

O morfema que indica gênero nos substantivos, como já vimos, é imanente ou inerente ao substantivo, tem força semântica, sendo inserido, portanto, na linguagem da gramática gerativa, juntamente com o substantivo de que é parte, na estrutura profunda da sentença. Em outras palavras, ele é um traço lexical, é um sufixo. Já nos adjetivos o morfema de gênero é uma flexão, depende do gênero do substantivo com que concorda, sendo, portanto, dependente. É um traço gramatical, não tem força semântica e é inserido na frase em sua estrutura e superfície.

Em síntese, o gênero muitas vezes não está no nome porque nem mesmo todos os seres sexuados têm marcação morfológica de gênero. A forma morfológica de gênero pode estar presente ou não, assim como a forma sintática, já que há possibilidade de variação linguística na concordância de gênero. Interessante é que só há forma morfológica quando se tem distinção de sexo.

Para Rocha (1998, p. 219) o “gênero é, portanto, um mecanismo linguístico complexo sobre o qual atuam Regras Sintáticas de Concordância, Regras Morfológicas de Derivação (sobre o substantivo) e Regras Morfológicas de Flexão (sobre o substantivo e sobre os determinantes)”.

Aproveitando as reflexões do gênero do ponto de vista linguístico, é pertinente voltarmos a Câmara Jr. (1970; 1971) para esclarecer sua posição acerca da discussão do gênero como flexão ou derivação. A distinção principal é que a derivação é assistemática, não-obrigatória, irregular e opcional. O resultado da derivação é um novo vocábulo e está em uma classe aberta como em *galo/galinha*, ou *imperador/imperatriz* (uma espécie de derivação lexical, nas palavras do autor). O contrário se aplica à flexão, que é sistemática, obrigatória, regular, não opcional e se encontra em uma classe fechada. Na flexão, uma mesma palavra, *lobo*, pode ter uma *especialização do sentido* (Câmara Jr., 1971, p. 62) ao mudar de gênero para *loba*. A semelhança é que ambas são mecanismos de sufixação, mas na derivação a lista gerada de palavras é pequena e na flexão a lista é exaustiva, por ser mais recorrente na língua.

Kehdi (2003, p. 29) afirma que há mecanismos pelos quais o gênero se expressa, como: flexão (*garoto/garota*), derivação (*conde/condessa*) ou heteronímia (*bode/cabra*).

Para explicitar a questão dos gêneros, resumidamente, Câmara Jr. (1970, p. 92) divide os substantivos da mesma forma que acontecia no português arcaico (cf. p. 38):

- Nomes de gênero único: (a) rosa; (o) planeta.
- Nomes de 2 gêneros sem flexão: (o, a) artista; (o, a) repórter
- Nomes de 2 gêneros, com uma flexão redundante: (o) lobo; (o) mestre; (a) autora, já que a marcação de gênero é feita duas vezes.

Os elementos que acompanham o sintagma nominal é que se flexionam em gênero, como o adjetivo, possessivo, demonstrativo, quantificador, artigo e numeral. Há nomes que já contêm inerentemente seu gênero (*menina, lobo e criança*), e, quando isso não acontece, como nos nomes de 2 gêneros sem flexão (*artista e repórter*), são os determinantes os responsáveis pela

indicação morfológica do gênero, visto que nem todos os nomes possuem o gênero morfológicamente. Por isso, no meu entendimento, a marcação de gênero caminha concomitantemente com o nome e seus modificadores e determinantes, numa relação constante entre morfologia e sintaxe. O gênero de fato existe e o falante sabe disso, por isso realiza a concordância. No entanto, nem sempre o gênero é inerente ao nome, como no exemplo de *jovem*, *artista*, etc, necessitando, portanto, do elemento sintático para a concordância e explicitação do gênero.

Pereira (1987, p. 33) cita Câmara Jr. ao tratar da formação do gênero no português brasileiro: “no português existe uma neutralização dos gêneros em favor do masculino”. Essa afirmação se refere ao fato de o masculino ser considerado genérico e abarcar muitas vezes o feminino. No falar cuiabano, os falantes podem ter ampliado os contextos em que o feminino pode ser neutralizado pelo uso do masculino, já que a concordância de gênero é variável.

Para Pereira (1987), a flexão é redundante porque o gênero sempre será marcado sintaticamente pelo mecanismo da concordância, através dos artigos e concordâncias com predicativos. Já os traços semânticos nem sempre serão marcados e estão ligados à morfologia do nome.

GÊNERO EM OUTRAS LÍNGUAS: UMA ABORDAGEM TRANSLINGUÍSTICA

Na falta de trabalhos linguísticos e variacionistas, pesquisamos como se dá o gênero gramatical em dicionários e gramáticas de outras línguas, na tentativa de fazer uma abordagem comparativa entre algumas línguas românicas e germânicas e o português brasileiro. Na parte do inglês, há referências do livro de Lobato (1977) “A semântica na Linguística Moderna”, através dos artigos: Estrutura de uma teoria semântica (Katz e Fodor, 1963), De certos problemas de representações semânticas (Bierwisch, 1959) e Pesquisas em teoria semântica (Weinreich, 1972), em que os autores discutem sobre o gênero no inglês.

A partir do Dicionário Multilíngue (1998), trazemos um pequeno registro de como é o gênero no inglês, francês, alemão, italiano e espanhol a fim de entendermos melhor suas peculiaridades e as possíveis semelhanças com o português, principalmente com as línguas do tronco comum.

No inglês, o substantivo tem os três gêneros, sendo o neutro responsável pelos seres inanimados, como acontecia no latim, mas a maioria dos substantivos não se flexiona em

gênero. Além disso, os quantificadores normalmente são invariáveis quanto ao gênero (*some, any, all, much, other, both, little*) juntamente com os artigos (*the*), pronomes demonstrativos (*this, these, that, those*) e os pronomes indefinidos (*none, all, other, another, both, much, little*). (cf. Multilíngue, 1998, p. 303-304).

Segundo França (1994, p. 12-13), os poucos substantivos variáveis no inglês seguem algumas regras: acrescenta-se o sufixo *-ess* (*actor-actress*), usam-se palavras diferentes (*boy-girl*) e substitui-se a palavra que contém o gênero do substantivo composto (*grandfather-grandmother*). Os dois primeiros exemplos são semelhantes ao português.

Katz e Fodor (1963, p. 100) definem o gênero a partir do inglês, tendo em vista que esse artigo foi traduzido do inglês para o português. Para os autores:

Há, no entanto, relações semânticas reconstituíveis a partir dos verbetes na forma normal e não reconstituíveis a partir de verbetes de dicionário na forma convencional. Uma dessas relações é a de antonímia de sexo... O que caracteriza formalmente um par de palavras antônimas quanto ao sexo é que os caminhos dos dois membros do par são idênticos em tudo, menos num ponto: um deles tem o marcador semântico (Macho) enquanto o outro tem o marcador semântico (Fêmea). Se se suprimisse numa teoria semântica do inglês a distinção estabelecida pelos marcadores (Macho) e (Fêmea), não só seriam representados como sinônimos todos os pares de palavras antônimas quanto ao sexo, mas também passariam a ser inadequadamente representadas pela teoria numerosas outras relações semânticas vinculadas a essa distinção.

Os traços de macho e fêmea são marcadores complexos, já que em várias palavras como, por exemplo, nomes de animais (peixe, pássaro, aranha, minhoca), o sexo não é determinado semanticamente na própria palavra, mas sim na sintaxe com os traços gramaticais, através de determinantes, modificadores ou quantificadores. Podemos identificar essa ideia no texto de Bierwisch (1959, p. 158), que foi traduzido do alemão para o português:

Os traços Macho e Fêmea podem ocorrer uma vez como marcadores semânticos de sexo e outra como traços gramaticais de gênero. Pois, ao passo que elementos semânticos, morfológicos ou sintáticos pertencem a níveis de representação completamente diferentes e a componentes diferentes da gramática, nada disso é verdade para marcadores e distinguidores: ambos pertencem ao mesmo componente e nível de representação, e não faz sentido aceitar dois alfabetos diferentes mas sobrepostos de elementos universais básicos para o mesmo nível linguístico.

Weinreich (1972, p. 189) também traz contribuições para o entendimento do gênero. É justamente a ideia atípica de que há distinção rígida entre macho e fêmea que o autor afirma

que “O caso de fêmea e macho é, provavelmente, bastante atipicamente favorável quanto ao fato de que temos dois valores de um traço dicotomizado um vasto domínio de modo relevante”. O autor distingue o conceito de marcador sintático e marcador semântico, exemplificando com a palavra “baby”, que ora é marcada semanticamente com o traço [+humano] e ora marcada gramaticalmente como [-humano] (daí ser pronominalizada por *it*), enquanto a palavra “ship” é tratada de maneira inversa: “O fato patente é que qualquer objeto físico pode, em inglês, ser mencionado como *she* com um efeito semântico especial.”

No francês, para formar o feminino, acrescenta-se geralmente o *-e*. Outro fato diferente do português é que no francês os pronomes possessivos não podem ser antecidos de artigo definido. (cf. Multilíngue 1998, p. 365-366).

No alemão, há os três gêneros, masculino, feminino e neutro, que são indicados pelo artigo definido (*der, die, das*). Demonstrando mais uma vez o caráter idiossincrático do gênero, o dicionário afirma que não existem regras capazes de prever o gênero das palavras. (cf. Multilíngue 1998, p. 425).

Camargo (2002, p. 19), na gramática prática do alemão, também alerta para o fato de que o gênero é imprevisível e dever ser aprendido junto com o nome e seu respectivo artigo.

O curioso no alemão é que o adjetivo usado em função de predicado, ou seja, na posição à direita, será sempre invariável, com a mesma forma para o masculino (*der Vater ist alt* – o pai é idoso) e feminino (*die Mutter ist alt* – a mãe é idosa). Portanto, adjetivos e participípios podem ser masculinos, femininos ou neutros, apenas na função atributiva (quando precede o nome), podendo concordar em gênero e número. (cf. Multilíngue 1998, p. 425). Interessante ver que a força da esquerda (concordância) e da direita (não concordância) parece atuar no alemão também, mesmo não se tratando de variação, mas sim de uma regra invariável. O adjetivo também é invariável no inglês, mas em todas as posições, além do predicativo. Esse fato nos faz refletir sobre o desfavorecimento da concordância de gênero principalmente nos sintagmas predicativos, tanto da baixada cuiabana (**A situação dele era muito sério**) como nos dados de observação participante (**A situação de Eloá é bem mais complicado** (repórter do Jornal Nacional, Globo, 17/10/08)).

No italiano, há apenas dois gêneros, sendo que as palavras masculinas terminam geralmente em *-o* (*maestro*) e as femininas em *-a* (*maestra*). Há casos em que a regra se inverte e há também outras desinências vocálicas. Algumas palavras quando passam do singular para

o plural podem mudar de gênero, visto que o gênero está imbricado na essência do número (*uovo-* masculino, singular e *uova-* feminino, plural). (cf. Multilíngue 1998, p. 483).

No espanhol, há o artigo feminino, masculino e neutro (*la, el, lo*). Normalmente são masculinos os substantivos que terminam em *-o, -n, -l, -r, -s* e *-t*; e femininos os que terminam em *-a, -d, -ión e -z*. (cf. Multilíngue 1998, p. 545).

No dicionário Señas (2006, p. 1323), novamente vemos a confirmação de que o gênero no espanhol, na maioria das vezes, também “não tem nenhuma relação com seu significado, é um traço formal; sabe-se que um substantivo é masculino ou feminino porque vem acompanhado de um artigo ou de um adjetivo”.

Para os gramáticos Hermoso, Cuenot e Alfaro (2006, p. 31) devido ao grande número de exceções, deve-se observar o nome precedido pelo artigo. Essa afirmação novamente nos leva a interpretar o gênero como inerente ao nome, sendo o artigo ou outros elementos à esquerda do nome os grandes responsáveis pela indicação desse gênero. Mais adiante a mesma gramática dos autores supracitados (2006, p. 33) propõe a formação do feminino a partir de modificações do masculino, nos dando a ideia de formas marcadas e não marcadas, já que o feminino é uma especificação do masculino, ou seja, um traço marcado.

Continuando com o espanhol, agora segundo Torrego (2002, p. 38), há dois tipos de gênero: o gênero inerente que concorda com determinantes e adjetivos dos substantivos inanimados, como *pared blanca* (parede branca); *césped cortado* (grama cortada) e o outro tipo de gênero seria dependente da terminação, como *chico/chica* (menino/menina). Aqui é a própria desinência que nos indica o gênero. Para Torrego (2002, p. 38) “Não se deve confundir gênero e sexo. O gênero é um traço gramatical. O sexo, ao contrário, é um traço biológico próprio de alguns seres vivos. Gênero e sexo nem sempre coincidem.” (tradução minha).²

Ainda, segundo Torrego (2002, p. 40), fala-se em gênero *común, ambíguo e epiceno*. Os substantivos comuns quanto ao gênero seriam os nomes que precisam diferenciar o sexo, como *el/la estudiante*. Os substantivos ambíguos quanto ao gênero seriam alguns nomes inanimados que são acompanhados indistintamente por ambos os artigos e adjetivos, como *el/la mar*; *azúcar blanquillo/blanquilla*. Os substantivos epicenos seriam nomes que não diferenciam sexo. Mas Torrego (2002, p. 41) diz que com relação ao gênero epiceno “não se trata de um gênero, mas sim de um traço semântico dos substantivos. Um substantivo como gorila é do

² “No se deben confundir género y sexo. El género es un rasgo gramatical. El sexo, en cambio, es un rasgo biológico propio de algunos seres vivos. Género y sexo no siempre coinciden.” (cf. TORREGO, 2002, p. 38)

gênero masculino (o gorila), ainda que possua um traço semântico de epiceno.” (tradução minha).³

Em dados de variação, Ramírez (*apud* DETTONI, 2002, p. 44) afirma ter variação de gênero no espanhol da Bolívia, como “*ahora está caríssimo la vida*” (agora está caríssimo a vida) e “*le he pedido que me lo traiga, mi bicicleta*” (lhe pedi que me trouxesse a bicicleta). A primeira oração é de um sujeito posposto e a segunda traz o pronome “lo” (neutro) se referindo a “bicicleta” que é do gênero feminino.

Na Espanha, além do castelhano/espanhol ser a língua oficial, ainda são consideradas oficiais o vasco ou euskera, catalão e galego. O vasco não marca gênero gramatical nem nos substantivos e nem nos adjetivos, exceto quando se trata de empréstimo do espanhol. O gênero só é visível na morfologia verbal, quando há o pronome da segunda pessoa do singular e às vezes também é marcado no verbo (cf. RODRÍGUEZ, s/d)

Em síntese, o gênero se manifesta sintaticamente de forma parecida em todas as línguas, através do mecanismo da concordância. A diferença na fixação do gênero se dá em alguns nomes que não são necessariamente correspondentes em outras línguas, como *el viaje* (masculino) em espanhol e *a viagem* (feminino) em português e no fato de que no inglês e no vasco os nomes são praticamente invariáveis quanto ao gênero. A marcação do gênero de uma forma geral, no italiano e no espanhol, é bem parecida com a do português, exceto o fato do espanhol ainda ter o artigo neutro. O gênero neutro também se conserva no inglês e no alemão. Interessante notar é que a invariabilidade de gênero do adjetivo em função predicativa no alemão se assemelha aos casos de variação no português brasileiro.

GÊNERO NAS VARIEDADES POPULARES DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Com base nas pesquisas sobre as variedades populares do português feitas por Lucchesi (2000, p. 191-202) e Dettoni (2003, p. 51-60), exemplificaremos apenas os dialetos que apresentam alguma variação de gênero para que possamos mapear os lugares onde ocorre essa variação.

Amaral (*apud* DETTONI, 2003, p. 51-52), descrevendo o dialeto caipira, registra os predicativos em que “o adjetivo e o particípio passado deixam, frequentemente, de sofrer a

³ “no se trata de un género sino de un rasgo semántico de los sustantivos. Un sustantivo como gorila es de género masculino (el gorila), aunque posee el rasgo semántico de epiceno”. (cf. TORREGO, 2002, p. 41)

flexão genérica, sobretudo se não aparecem contíguos aos substantivos”: “*essas coisarada bunito, as crianção távum queto, as criação ficárum pestiado*”.

Rodrigues (*apud* DETTONI, 2003, p. 52), em pesquisa com dados do dialeto caipira falado na região de Piracicaba, São Paulo, encontra variação de gênero no interior dos sintagmas nominais, compostos por possessivos, pronomes indefinidos à direita e modificador e artigo à esquerda: “*a mãe meu vinha tratar do menino/ sem dar dor nenhum/ aquele coisa estufado/ um coisa*”. Como não se trata de um trabalho variacionista, não se pode afirmar se de fato a variação da concordância de gênero com os elementos à esquerda do nome acontece com alta frequência. Acredito que sejam mínimos os dados com a ausência de concordância de gênero na configuração sintagmática de artigo indefinido + nome (**um coisa**), posto que efetivamente os artigos favorecem bastante a concordância como mostraremos em nossa análise dos dados.

Encontra-se em Nina (*apud* LUCCHESI, 2000, p. 195) um estudo dos municípios de Bragantina, no interior do Estado do Pará. Numa amostra de 20 informantes, entre 20 e 65 anos, distribuídos igualmente entre os dois sexos, todos lavradores e analfabetos. Nina encontrou um nível de variação na concordância de gênero perto dos 20% na frequência total dos dados. Esse resultado alto de variação se deu, provavelmente, porque ela inclui como variável dependente dados de sintagma nominal e sintagma predicativo, como: *as pessoa ricu e minha infância foi muntu aperriadu*. Desmembrando os dois tipos de sintagma, a variação cai para pouco mais de 10%. Mesmo assim é uma frequência bastante alta porque o nosso trabalho também inclui os sintagmas nominais e predicativos como uma variável dependente e a variação gira em torno de 5,9%. Em Lucchesi (2000), a variação é de 5%, ainda mais baixa que a nossa, talvez por não ter incluído os sintagmas predicativos.

Queiroz (*apud* LUCCHESI, 2000, p. 197) descreve a estrutura morfossintática dos falantes de Tabatinga, no Município de Bom Despacho, Minas Gerais, em uma comunidade indígena também. A autora reconhece apenas uma flutuação⁴ de gênero em nomes inanimados, como: *a cumbara calita ~ o cumbara calito ‘a cidade pequena’*. Esse dialeto se caracteriza pelo contato de português regional com línguas africanas do grupo banto.

⁴ Para a distinção entre variação e flutuação, Lucchesi (2000, p. 174) afirma que “A variação estaria potencialmente relacionada ao processo de mudança, o que implica a sua presença sistemática na estrutura linguística e social da comunidade de fala (...) Já a flutuação consiste na manifestação esporádica e localizada – ou seja, não difundida, nem generalizada – de certas latências da estrutura da língua.” Em nosso trabalho, há o entendimento de que se trata de variação de gênero no falar cuiabano em processo de mudança linguística.

Outra pesquisa relacionada à variação na concordância de gênero foi a do Parque Nacional do Xingu, em uma comunidade indígena, realizada por Lucchesi & Macedo (1997). Essa pesquisa tem como foco relacionar o fenômeno do português pidginizado do Xingu ao processo de transmissão linguística irregular, já que também ocorre em comunidades rurais afro-brasileiras, que ainda hoje conservam certo isolamento. A não realização da concordância é de 80% de um total de 907 SN femininos e está refletida nos seguintes exemplos: *só que agora tem muitas pessoa desconhecido, ne?// E o escola vai ser bom aqui*. Assim sendo, nessa comunidade, só há 20% de realização plena da concordância, pois trata-se de uma variedade de português falado como segunda língua, com características pidginizantes. Isso explica o baixo índice de concordância nessa comunidade.

Callou (*apud* DETTONI, 2003, p. 56), acerca da comunidade de Mato Grosso, no município de Rio de Contas, registra dados como: “*as coisa muito barato, esse daqui é a mulher dele*”, além de alguns nomes femininos que passam a masculino nesse dialeto: “*o bronquite, o lebre, um coisa.*” (cf. Callou, 1998, p. 264-265).

Como exemplos de variação nos sintagmas do português brasileiro temos *o couve/a couve, o champanhe/a champanhe, o alface/a alface, o personagem/a personagem* etc. Com significados diferentes, e, portanto, sem a ideia da variação, teríamos, por exemplo: *o cabeça* (uma pessoa inteligente)/*a cabeça* (parte do corpo).

A variação de gênero é o que ocorre em Cuiabá por se tratar de algo sistemático do ponto de vista da frequência em outros contextos, de maior abrangência, e envolve itens lexicais que, em geral, dentro de um padrão, variam, como a posição à direita do nome (ex: *moça bonito*) ou bem mais à direita do nome como os predicativos (*A situação dele era muito sério*).

Careno (*apud* DETTONI, 2003, p. 54), que investigou comunidades rurais afro-brasileiras localizadas no Vale do rio Ribeira, no sudoeste de São Paulo, observa que “há uma tendência para o uso do masculino em diversas situações”: “*a tia num cunversa nada coitadu, a salada de palmito é cru...*”.

Petter (*apud* DETTONI, 2003, p. 54) também estudou uma comunidade afro-brasileira, chamada Cafundó, uma comunidade da cidade de Salto de Pirapora, a 150 Km de São Paulo. Neste dialeto, a marcação do gênero é feita somente através do artigo. A autora observa também que o adjetivo é mais vulnerável à variação de gênero, principalmente quando posposto ao nome, ou seja, à direita, seguindo os mesmos padrões linguísticos de Cuiabá.

Lucchesi (2000) traz novamente elementos da concordância de gênero no intuito de corroborar a hipótese crioulista. Sua tese de doutorado é centrada na variação da concordância de gênero no sintagma nominal em uma comunidade de fala afro-brasileira. Na abordagem sintagmática ou não atomística, em que cada constituinte é analisado como um todo, o autor conclui que, para a análise sintagmática, as estruturas de SN formado por determinante ou pronome possessivo favorecem a concordância de gênero e o maior obstáculo para a concordância seria o quantificador *tudo*, adjetivo e modificador à direita. A morfologia flexional também favorece o uso da concordância. Na abordagem mórfica ou atomística, em que cada elemento é visto como um dado, novamente a questão da posição dos elementos é refletida significativamente na análise. Assim sendo, depois do nome, o determinante é o principal marcador do gênero no SN. A não marcação do gênero já se restringe mais às posições à direita do nome, como ocorre na comunidade de Cuiabá.

Em sua análise social, Lucchesi afirma que, pelo fato de a variação ser de 5%, a comunidade de Helvécia está em seu estágio final do processo de mudança em direção ao padrão urbano. A faixa etária, na abordagem sintagmática, também corrobora a afirmação da mudança, já que a variante inovadora encontra-se na fala dos jovens de 20 a 40 anos (0,65) e vai decrescendo nos falantes de 40 a 60 anos (0,57) e mais ainda na faixa acima de 60 anos (0,28). No entanto, fica a dúvida se algum dia o percentual de 5% foi muito diferente disso.

A tese de Dettoni (2003, p. 119) traz elementos novos sobre a questão anafórica relacionada à concordância de gênero na baixada cuiabana. Em um total de 829 dados, 233 dados (28%) são de não concordância anafórica como nos exemplos: *Uai, mandioca, a senhora casca ela, lava bem lavadinho. A senhora vai co ele no ralo, se não tem caititu, rela ele no ralo, daí a senhora imprensa a massa no tipiti, (...)*. Os contextos mais favoráveis à retomada pelo anafórico pronominal ELE são: +referência genérica, -presença de determinante, -flexão de gênero. Dessa forma, as ausências das marcas do determinante e da flexão favorecem o anafórico ELE em uma espécie de paralelismo (cf. SCHERRE, 1998), já que, neste caso, zeros levam a zeros e as marcas explícitas de determinante e flexão levam a marcas explícitas da concordância de gênero com o ELA retomando antecedentes femininos.

Dentre essas variáveis, a mais significativa foi a referência genérica para a retomada pelo anafórico masculino, independente do gênero gramatical do nome antecedente. Na fala da geração mais idosa, o fenômeno é mais generalizado e na fala da geração mais jovem, o fenômeno é mais restrito, ainda que seja mais produtivo na faixa intermediária (30-45).

Portanto, a partir de uma análise detalhada dos dados, a autora conclui que a variedade linguística da baixada cuiabana encontra-se em fase adiantada de mudança linguística, perdendo vários traços típicos estigmatizados.

A conclusão contundente de Dettoni (2003) é que a tradição gramatical permite apenas o gênero masculino para a retomada de antecedentes masculinos de uso genérico. Já no falar cuiabano, o ELE é usado para retomar antecedentes masculinos e qualquer antecedente genérico, masculino ou feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de menos evidências da ausência da concordância de gênero do que da concordância de número, podemos fazer uma distinção em que a variação de número ocorre mais generalizada no português brasileiro, independentemente da localização geográfica (cf. SCHERRE e NARO, 2007, p. 44-46), enquanto a variação de gênero ocorre especificamente em algumas comunidades populares e áreas rurais, principalmente quando são ou foram isoladas por certo período.

A variação da concordância de gênero no sintagma nominal e predicativo ocorre mais nos contextos de menor escolaridade/letramento/urbanização e na faixa etária mais jovem. A aquisição do gênero fica incompleta ou prejudicada nas áreas onde houve mais contato entre línguas. No entanto, a variação nos predicativos se assemelha a variação de número por ser mais generalizada no português brasileiro e ocorrer, principalmente, à direita do nome ou em posposição ao verbo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 43 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BIERWISCH. De certos problemas de representações semânticas, 1959. In. LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. **A semântica na Linguística Moderna: o léxico**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977.

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. **Problemas de linguística descritiva**. 19ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1971.

CAMARGO, Glória Paschoal. **Michaelis Alemão: gramática prática**. Buenos Aires, Argentina: Melhoramentos, 2002.

CUNHA, Celso; CYNTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DETTONI, Rachel do Valle. **A concordância de gênero na anáfora pronominal: variação e mudança linguística no dialeto da baixada cuiabana – Mato Grosso**. 255f. Tese de Doutorado em Linguística. UFMG, Belo Horizonte, 2003.

DICIONÁRIO MULTILÍNGUE: português, inglês, francês, alemão, italiano, espanhol. Reader's Digest Brasil Ltda, 1998.

FRANÇA, Milton Brito de. **Inglês no vestibular**. São Paulo: FTD, 1994.

HERMOSO, A. González; CUENOT, J. R; ALFARO, M. Sánchez. **Gramática de español lengua extranjera**. Edelsa Grupo didascalía, 2006.

ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

KATS e FODOR. Estrutura de uma teoria semântica, 1963. In. LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. **A semântica na Linguística Moderna: o léxico**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977.

KEHDI, Valter. **Morfemas do português**. 6ªed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

LOBATO, Lúcia. **A concordância nominal no português do Brasil à luz da Teoria de Princípios e Parâmetros e da Sociolinguística Variacionista**. D.E.L.T.A., 10 – especial: 173-212, 1994.

LUCCHESI, Dante; MACEDO, Alzira. A variação na concordância de gênero no português de contato do Alto Xingu. In. **Papia – Revista de Crioulos de Base Ibérica**, n.9: 20-36, 1997.

LUCCHESI, Dante. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira – Novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil**. 364f. Tese de Doutorado em Linguística. UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

MARTIN, John W. Gênero? In: **Revista brasileira de linguística**. Petrópolis: Vozes, n. 2, p.3-8, 1975.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O Português Arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2006.

PEREIRA, Maria Ângela Botelho. **Gênero e Número em Português**. Rio de Janeiro: PROED/UFRJ, 1987.

ROCHA LIMA. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 17. ed. Rio de Janeiro: J Olympio, 1974.

ROCHA, Luiz Carlos De Assis. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

RODRÍGUEZ, Alfredo Maceira. **Estruturas básicas da língua basca**. Universidade Católica de Brasília, UCB, internet, s/ano.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Paralelismo linguístico**. Revista de Estudos da Linguagem. v.7, p.29 - 59, 1998.

SCHERRE, Maria Marta P. Variação da concordância nominal no português do Brasil: influência das variáveis posição, classe gramatical e marcas precedentes. In: GROßE, Sybille; ZIMMERMANN, Klaus (eds.). **“Substandard” e mudança no português do Brasil**. Frankfurt am Main, p. 153-188, 1998.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius; CARDOSO, Caroline Rodrigues. **O papel do tipo de verbo na concordância verbal no português brasileiro**. D.E.L.T.A., 23:esp., 2007 (283-317).

SEÑAS: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. Universidad de Alcalá de Henares. Departamento de Filología; tradução de Eduardo Brandão, Claudia Berliner, 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TORREGO, Leonardo Gómez. **Gramática didáctica del español**. 8. Ed. Madri: Ediciones SM, 2002.

WEINREICH. U. Pesquisas em teoria semântica, 1972. In. LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. **A semântica na Linguística Moderna: o léxico**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977.